

***“We have the ground, but we have no money to build”*: a construção do templo da Primeira Igreja Batista em face das disputas pelo campo religioso em Campos dos Goytacazes (1893-1898)¹**

Murilo Rosa Garcias²

RESUMO: O presente artigo pretende, seguindo a abordagem da História Cultural das Religiões, explorar as disputas no interior do campo religioso do município de Campos dos Goytacazes a partir de uma análise voltada à construção do templo da Primeira Igreja Batista daquele município durante a primeira década republicana, momento em que já vigorava a separação entre Igreja e Estado. Para tanto, será útil avaliar os relatos feitos pelo missionário Salomão Ginsburg, pastor da congregação campista e grande entusiasta da construção do templo batista, em relação às instabilidades do campo religioso e às tensões entre a maioria católica e a minoria protestante naquele contexto. Será avaliada ainda a participação imprescindível dos pedreiros-livres campistas na inserção e na estabilização do protestantismo naquela região, haja vista o recorrente apoio, inclusive de ordem econômica, que os maçons dispensaram aos batistas, especialmente durante o processo da construção do supracitado templo. Desse modo, busca-se delinear de que modo o campo religioso local foi perpassado pelas disputas que opuseram a Igreja Católica, de um lado, e batistas e pedreiros-livres, de outro; bem como os jogos de representações que fizeram parte dessa dinâmica.

Palavras-chave: Protestantismo; Maçonaria; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT: This article aims, following the approach of the Cultural History of Religions, to explore the disputes within the religious field of the municipality of Campos dos Goytacazes by analyzing the construction of the temple of the First Baptist Church of that municipality during the first republican decade, a period in which the separation between Church and State was already in effect. To that end, it will be useful

¹ Esse artigo é resultante de uma pesquisa financiada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Sou mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ) e atualmente ocupo o cargo de Professor de Ensino Fundamental e Médio junto à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Interesse-me em estudos relacionados à História Cultural das Religiões, sobretudo aquelas que envolvam as relações entre catolicismo e protestantismo ao longo do Segundo Reinado (1840-1889) e da Primeira República (1889-1930).

to examine the accounts provided by missionary Salomão Ginsburg, pastor of the congregation in Campos and a fervent supporter of the construction of the Baptist temple, regarding the instabilities within the religious field and the tensions between the Catholic majority and the Protestant minority in that context. The indispensable role of local Freemasons in the introduction and stabilization of Protestantism in the region will also be examined, considering the recurring support — including financial — offered by Masons to Baptists, especially during the construction process of the aforementioned temple. In this way, the study seeks to outline how the local religious field was traversed by disputes that opposed the Catholic Church, on one side, and Baptists and Freemasons, on the other, as well as the representational dynamics that were part of this interaction.

Keywords: Protestantism; Freemasonry; Campos dos Goytacazes.

1. Introdução

A construção de templos pelas missões protestantes que adentraram o Brasil a partir de meados dos Oitocentos não foi, pelo menos durante as primeiras décadas de atividade dessas comunhões, uma urgência para a concretização de seus planos religiosos. Para além das restrições presentes na Constituição do Império³ — uma vez que é justamente no período imperial em que haverá a inserção do protestantismo, de imigração e de missão, no território brasileiro —, contava em desfavor da construção desses edifícios a fragilidade das novas congregações, usualmente pequenas e sempre ameaçadas pela presença do catolicismo majoritário, e as dificuldades de ordem econômica, que impossibilitaram (ou ao menos retardaram) toda a logística necessária para a ereção de templos e capelas para uso dos fiéis brasileiros. Convencionou-se então a realização de cultos e de outras atividades religiosas nas casas dos fiéis ou em recintos

³ O artigo V da Constituição de 1824 preconizava que o catolicismo seria mantido como “religião do Estado”, com a tolerância se estendendo a outras religiões que realizassem seus serviços nos ambientes domésticos ou em casas destinadas para esse fim, desde que os edifícios se mantivessem “sem fôrma alguma exterior do Templo”.

alugados ou emprestados especificamente para esses fins, categoria variada que incluía salões, salas de teatro e até mesmo lojas maçônicas⁴.

Seguindo o caminho da História Cultural das Religiões (Benatte, 2014; Silva, 2011), engendrado pelos conceitos de campo (Bourdieu, 2007; Bourdieu *et al*, 2017) e de representação (Chartier, 1987; 2002), discutiremos a inserção do protestantismo batista na região do Norte Fluminense, avaliando com especial interesse a construção do templo da Primeira Igreja Batista de Campos dos Goytacazes em face das disputas no campo religioso durante a primeira década republicana. Para tanto, especial atenção será dispensada à trajetória de Salomão Ginsburg, pioneiro batista e líder da congregação campista no período estudado. Prolífico na escrita e na polêmica, o reverendo Ginsburg deixou numerosos registros, seja em sua autobiografia (Ginsburg, 1970), seja em comunicações enviadas à Junta de Richmond⁵, acerca dos desafios que ele e seu rebanho enfrentaram para a ereção do referido edifício religioso. A releitura crítica dessas documentações será útil para reconstituir o contexto a ser analisado, num momento marcado pela repressão da maioria católica à minoria batista na cidade de Campos.

Além da análise documental, nossos avanços serão conduzidos pela reavaliação de uma historiografia pertinente à problemática elencada. Sob essa perspectiva, serão verificadas as menções que as obras de Horacio Sousa (2017) e de Júlio Feydit (1900) fazem aos protestantes campistas, avaliando com especial interesse a participação da Maçonaria, tal como observado pelos supracitados autores, no processo de inserção do protestantismo em Campos. Para tanto, cabe mobilizar essa historiografia em uma breve introdução à história de Campos dos Goytacazes antes de propriamente nos atermos à problemática levantada.

⁴ Seguimos aqui a linha historiográfica iniciada pelas pesquisas de David Gueiros Vieira (1980), que atestou a existência de uma colaboração entre maçons brasileiros e missionários protestantes a partir do Segundo Reinado. Segundo esse autor, essa colaboração foi mobilizada em enfrentamento à Igreja Católica, que vinha se fortalecendo institucionalmente e se alinhando com os ditames da Santa Sé, a despeito da existência do Padroado e de outros regulamentos do período imperial. Ao longo deste artigo, buscaremos demonstrar como essa colaboração evangélico-maçônica se estendeu também para a República, mantendo o enfrentamento destes com a Igreja e com o clero ultramontano.

⁵ A Junta de Richmond, oficialmente “*Foreign Mission Board*”, foi o órgão da Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos responsável pela organização das missões daquela comunhão. Sediada em Richmond, no estado da Virgínia, fornecia dados para várias publicações, como é o caso das edições do *Foreign Mission Journal* e dos relatórios anuais da Convenção, aqui utilizados como fontes.

2. Breves considerações sobre a história de Campos dos Goytacazes

Situada ao Norte do Rio de Janeiro, próxima às divisas do Espírito Santo e de Minas Gerais e às margens do Rio Paraíba do Sul, a cidade de Campos dos Goytacazes se origina da Capitania de São Tomé, circunscrição territorial cedida por Martim Afonso de Souza ao donatário Pero Góis de Silveira em 1536. Apesar do fracasso desse empreendimento, os donatários envolvidos nesse processo de colonização conseguiram estabelecer um povoado naquela região, cujas terras seriam transferidas a Salvador de Sá e Benevides, o Visconde de Asseca, em 1648. Com a confirmação da posse do território por Sá e Benevides em 1677, foi finalmente organizada a Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes, formalizando os direitos do assentamento urbano que seria central para a região do Norte Fluminense (Feydit, 1900, p. 39-45).

A Vila de São Salvador ganharia novos impulsos no Pós-Independência, período em que as redes urbanas ganharam destaque na configuração da nova nação. Decorrente das necessidades comerciais e políticas de articulação do Norte Fluminense com as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, respectivamente capitais do Império e da Província do Rio de Janeiro, a Vila de São Salvador foi elevada à categoria de cidade em 1835, sob a denominação de Cidade de Campos dos Goytacazes, consolidando sua posição central sobre aquela região. Três anos depois, a pedido do governo da Província do Rio de Janeiro, o engenheiro Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde apresentou um importante relatório destacando uma série de obras públicas a serem realizadas em Campos para melhorar a integração entre esse centro urbano e a cidade de Niterói. A intervenção estatal na infraestrutura campista seria responsável por abrir portas para o desenvolvimento do comércio e para a redução das destruições causadas pelos sucessivos alagamentos do Rio Paraíba do Sul, trazendo considerável estabilidade econômica e social para a nova cidade (Faria, 2006, p. 80-86).

A partir de 1850, Campos e toda a região do Norte Fluminense entraram em um processo de expansão e de diversificação econômica que ficou denominado na historiografia como “ciclo áureo do Norte Fluminense”. Também a importância econômica da região cresceu, apoiada, sobretudo, em seu modelo de produção baseado na pecuária e no cultivo do café e da cana (Cruz, 2006, p. 42). A impulsão do comércio, o aumento da produção e a instalação de indústrias caminharam juntos com – e em

alguma medida possibilitaram – a chegada das estradas de ferro, que conectaram Campos tanto com as outras cidades e vilarejos de sua região quanto com Niterói. Essa conexão da capital estadual com o Norte Fluminense foi realizada a partir da aquisição das malhas ferroviárias daquela região pela companhia inglesa *Leopoldina Railways*, que estabeleceu uma linha férrea entre as duas cidades em 1888 (*Ibidem*, p. 87). Por sua vez, a luz elétrica, outro símbolo da “modernidade irresistível” pela qual passava aquela região, foi inaugurada em Campos alguns anos mais cedo, em 1883, através dos serviços da *Brusch Electric Light Company*, num grande espetáculo público que contou com a presença do próprio imperador D. Pedro II e de sua comitiva (Sousa, 2017, p. 76). Ao findar dos Oitocentos, o progresso havia se estabelecido como palavra de ordem em Campos, irradiando sua força sobre todo o Norte Fluminense.

3. A Maçonaria e a inserção do protestantismo em Campos

As mudanças sociais decorrentes do “ciclo áureo” em Campos poderiam ser também observadas pela intensa multiplicação de lojas maçônicas ao longo dos Oitocentos. Segundo Horacio Sousa (2014, p. 247-253), existiram em Campos, durante o século XIX, nada menos do que 7 oficinas da Ordem, enumeradas da seguinte forma em matéria de antiguidade: Loja Firme União, estabelecida em 1832; Loja Triunfo da Verdade, estabelecida em 1848; Loja Símbolo da Perfeição Brasileira, estabelecida em 1855; Loja Progresso, estabelecida em 1870; Loja Goytacaz, estabelecida em 1883; Loja Honra a Saldanha Marinho, estabelecida em 1895; Loja Poder, estabelecida em 1900. Algumas dessas lojas tiveram vida curta ou influência muito limitada sobre a sociedade campista, de modo que apenas 3 das 7 lojas tiveram impacto significativo na problemática desta pesquisa: a Firme União, a Progresso e a Goytacaz.

Seguindo as considerações feitas por Barata (1999), entendemos a proliferação de oficinas maçônicas como expressão das novas sociabilidades que emergiram no Brasil dos Oitocentos, movimento autenticamente pautado na defesa da liberdade de pensamento e no desenvolvimento do racionalismo. Em decorrência desses fatores, a Maçonaria foi gradualmente antagonizando com a Igreja desde meados do século XIX, quando o clero passa a coordenar a instituição de forma mais alinhada com os ditames da Santa Sé, que já havia condenado os pedreiros-livres por meio da Bula *In eminenti apostolatus specula* (1738) de Clemente XII. Cabe lembrar que a Igreja Católica no

Brasil, regida pelo padroado dos imperadores da Casa de Bragança, jamais recebeu a confirmação do Estado para condenar, como já fazia Roma, a Maçonaria. Ainda assim, esse movimento de aproximação da Igreja brasileira com o Papado — conhecido na historiografia como “ultramontanismo” —, despertou temores entre os membros da Irmandade, que passaram a conceber a Igreja como ameaça. Segundo Vieira (1980), a necessidade de se opor ao clero católico foi um dos principais fatores que justificaram a aproximação da Maçonaria brasileira com os missionários protestantes que se estabeleceram no país a partir da segunda metade do século XIX.

A Maçonaria foi introduzida na região de Campos ainda durante o período da Vila de São Salvador, quando foi fundada a Loja Firme União. Não nos foi possível rastrear os nomes de seus fundadores, nem verificar suas atividades durante os primeiros anos de existência. Sabemos, porém, que um certo Antonio José Pereira Codeço, maçom de grau 33, foi seu venerável a partir de 1847. Também somos informados de que em 1888, José Beal, personagem central para a compreender a inserção do protestantismo em Campos, “um dos fundadores do protestantismo em Campos”, foi eleito venerável da Loja (Sousa, 2014, p. 247-253). As movimentações de José Beal serão aqui centrais para compreendermos as relações estabelecidas entre maçons e protestantes em Campos dos Goytacazes, de modo que devemos nos debruçar, ainda que brevemente, sobre sua trajetória.

José (ou Joseph) Beal é frequentemente citado na obra de Horacio Sousa. Sabemos que era norte-americano e foi considerado uma figura ilustre entre a sociedade campista do final do século dezenove. De fato, Beal esteve entre os homens de negócio envolvidos nos planos para trazer a iluminação elétrica a Campos, propondo à Câmara Municipal, em 1882, um contrato para trazer equipamentos dos Estados Unidos e realizar sua instalação; proposta essa que sabemos ter sido recusada pelos parlamentares. No entanto, seu nome reaparece entre os comanditários – alguns deles figuras importantes da sociedade fluminense, como é o caso de Francisco Portella – da companhia responsável pela iluminação elétrica no município em um momento posterior (*Ibidem*, p. 75-78).

No que tange ao estabelecimento do protestantismo em Campos, Julio Feydit (1900, p. 475-476) afirma que Beal foi bastante receptivo à chegada da missão

presbiteriana à região, chegando a permitir que sua residência fosse utilizada, em finais de 1874, ano da chegada dos missionários presbiterianos a Campos, para reunir os protestantes que desejavam ver estabelecido um cemitério acatólico naquela região. A pauta interessava especialmente Beal, que, apesar de não ser oficialmente vinculado a qualquer comunhão protestante, tampouco era católico, o que lhe impedia de receber sepultamento nos cemitérios já existentes⁶. O apoio coordenado por Beal logo viria a frutificar, com as obras do novo cemitério se encontrando bastante aceleradas em maio de 1875.

Ao contrário do cemitério protestante, a experiência presbiteriana em Campos não frutificou. A historiografia não é suficientemente clara sobre a chegada do presbiterianismo ao município. Vicente Themudo Lessa, pastor presbiteriano e historiador oficial desta comunhão, informa que foi o reverendo João Fernandes Dagama, português exilado da Madeira no Brasil, o primeiro ministro de sua comunhão a chegar à cidade de Campos e ali estabelecer um empreendimento missionário, embora não nos informe a data dessa chegada (Lessa, 1938, p. 88). Já Horacio Sousa, em sua obra clássica sobre a história de Campos, afirma que o pioneiro presbiteriano na terra goytacaz foi o reverendo Candido Joaquim de Mesquita, em 1874 (Sousa, 2014, p. 234). Ambos concordam, porém, que o trabalho missionário naquele território logo ficaria a cargo de outro português, o reverendo Modesto Carvalhosa, que teria chegado ao campo missionário em 1875 e lá permanecido pelos dez anos seguintes, sem jamais conseguir fazer grande avanço no número de prosélitos. De fato, Carvalhosa só haveria de conseguir estabelecer oficialmente uma congregação em 1877, contando então aquela comunidade com 13 membros, sendo 10 comungantes e 3 menores. As dificuldades da congregação campista eram tantas que seus oficiais só foram eleitos 6 anos depois de sua fundação e seus estatutos foram emitidos apenas em 1884. Quando finalmente

⁶ Uma vez que o Império do Brasil se estruturava a partir da união entre o Estado e a Igreja, esta última assumia muitas funções na organização da sociedade. Uma função particularmente relevante à problemática que estudamos foi o controle eclesiástico sobre os cemitérios em todo o país, ficando o sepultamento a cargo do clero, que costumeiramente recusava enterrar em terra consagrada os dissidentes religiosos e os opositores da Igreja, dos quais podemos tomar como exemplo protestantes e maçons, respectivamente. Ao primeiro grupo, uma vez que sua pertença a outra comunhão cristã que não o catolicismo era geralmente pública, cabia apenas construir cemitérios para si, de modo que não fosse necessário recorrer aos cemitérios estatais (e, portanto, católicos); ao segundo grupo, porquanto sua filiação a alguma oficina maçônica geralmente era discreta, cabia omitir do conhecimento dos párocos sua adesão à Irmandade, ao passo que se reforçava, geralmente por meio de testamento, sua condição de membro da Igreja Católica (Andrade, 2016).

parecia que o trabalho presbiteriano ia se estabilizar e avançar, sobretudo em razão da aquisição de um terreno para a construção de um templo para a congregação, o reverendo Carvalhosa teve de se retirar para São Paulo, deixando seu rebanho sob a liderança de vários pastores que por pouco tempo permaneceram no cargo (Lessa, 1938, p. 147-149). Esse acontecimento viria a ferir de morte a existência dessa primeira comunhão protestante em Campos, gradualmente dissolvida em virtude da desorganização do trabalho missionário.

Se a retirada de Modesto Carvalhosa ajuda a explicar o gradual desaparecimento do presbiterianismo naquela região, é preciso destacar que logo o protestantismo seria ali reintroduzido por intermédio dos missionários batistas. Essa comunhão, inicialmente organizada em Campos sob bases tão frágeis quanto aquelas que sustentavam o antigo trabalho presbiteriano, logo deu provas de seu vigor quando da chegada de Salomão Ginsburg ao Norte Fluminense. Segundo pudemos observar, o progresso do qual gozou a congregação dos batistas campistas se deu, sobretudo, em razão da sólida colaboração que seu líder, o reverendo Ginsburg, conseguiu estabelecer com os pedreiros-livres locais.

Situando o ano de 1890 como da chegada da missionação batista a Campos dos Goytacazes, o reverendo Asa Routh Crabtree, historiador oficial daquela comunhão, narra em sua obra os primeiros passos que os batistas, liderados pelo pioneiro William Buck Bagby, deram naquela cidade:

[O reverendo Bagby] Foi mais feliz na proclamação do evangelho na cidade de Campos. Pregou quatro vezes na residência de um patrício, Joseph Beale, amigo do evangelho, e batizou sete pessoas. A Igreja Presbiteriana de Campos, depois de um período de progresso, estava em lamentável desmembramento e um bom número dos membros desanimados pelas condições, mas desejosos de promover a Causa do Mestre, vieram ouvir a pregação do Dr. Bagby. Um brasileiro contribuiu com uma quantia suficiente para alugar uma casa em Campos e o missionário deixou o irmão Domingos de Oliveira para trabalhar na cidade (Crabtree, 1962, p. 117).

A recepção do reverendo Bagby e a permissão a ele concedida para utilizar sua casa como ponto de pregação na cidade demonstra que Joseph Beal permanecia comprometido com a propagação das doutrinas protestantes em sua cidade, ainda que ele próprio jamais tenha chegado a assumir vínculos denominacionais⁷. É importante

⁷ Apesar de ter ativamente apoiado o estabelecimento das missões presbiteriana e batista em Campos dos Goytacazes, o nome de Joseph Beal não consta da ata de fundação de nenhuma das referidas

relembrar que esse comerciante norte-americano já havia sido, a essa época, eleito venerável da Loja Firme União, embora seja incerto se ainda exercia a liderança dessa oficina quando da chegada da missão batista em Campos. Seja como for, suas recorrentes movimentações em prol de uma reintrodução do protestantismo no referido município são indícios de que a Maçonaria, mesmo já no momento republicano, permanecia comprometida com a defesa da liberdade religiosa e com a transformação do campo religioso.

4. A chegada de Salomão Ginsburg

É importante apontar que a posição estratégica de Campos, aqui explicitada anteriormente, foi uma das principais razões pelos quais o reverendo Bagby elegeu essa cidade como potencial campo missionário. Seu tamanho e sua pujança, aliada a sua localização entre muitas outras cidades fluminenses e também às portas de Minas Gerais e do Espírito Santo, tornavam Campos dos Goytacazes uma importante região a ser conquistada pela Junta de Richmond (*Ibidem*, p. 117-118). Apesar dessa percepção, e a despeito dos apoios concedidos por Beal, a missão batista também pouco progrediu durante seus primeiros anos, enfraquecida pela falta de um ministro qualificado e residente naquela localidade.

Essa situação foi alterada pela chegada de Salomão Ginsburg⁸ à cidade de Campos, para onde se dirigiria após sua retirada de Niterói, então agitada pelos eventos da Revolta da Armada. O conflito, opondo a Marinha e o Exército, fez com que o reverendo passasse a temer por sua própria segurança e pela de sua esposa, decidindo então por se retirar temporariamente daquele campo missionário. Será proveitosa a

congregações instaladas naquele município. Essa informação reafirma sua condição como “amigo do evangelho”, conforme classificação que lhe fora auferida pelo reverendo Bagby, ou como “não religioso”, conforme referido por Salomão Ginsburg depois.

⁸ Salomão Ginsburg possui uma das trajetórias mais singulares dentre todos os missionários protestantes que atuaram no Brasil durante o século XIX. Nascido numa família de judeus poloneses, Salomão Luiz (aliás Shlomo Ludwig) Ginsburg foi educado por seus avós maternos na Alemanha, retirando-se, após completar seus estudos, para a Inglaterra, onde viria a residir junto de um tio. Uma vez naquele país, Ginsburg se converte ao cristianismo depois de ser influenciado por um pregador itinerante. Expulso da casa do tio, veio a se abrigar junto a uma instituição missionária, preparando-se ele próprio para ser um missionário. Chegado ao Brasil em 1890, no alvorecer da República, primeiro vincula-se à Igreja Evangélica Fluminense, passando para o lado dos batistas no ano seguinte. Além de pioneiro batista, foi também notável membro da Maçonaria, tendo os principais pontos de sua trajetória sido compilados na autobiografia *Um Judeu Errante no Brasil* (1970).

reprodução do enfático relato encontrado em sua narrativa autobiográfica acerca do clima violento que assolava a então capital fluminense.

Inesperadamente, tudo teve que ser deixado de lado por causa de uma revolução que explodiu. A Armada e o Exército brasileiros, fazendo parar todo o tráfego entre a Capital Federal e Niterói, separando famílias, espalhando os nossos crentes, transformaram a cidade de Niterói em praça de guerra. Depois de um mês de lutas, ajudando a reunir as famílias que foram separadas por causa desta revolução, fui, afinal, também obrigado a retirar-me de Niterói. Guardando minha mobília em um lugar conveniente, mudei-me para a cidade de Campos, distante umas cinquenta léguas, ao norte de Niterói, esperando voltar a esta cidade logo que a revolução terminasse e continuar aí o meu trabalho. Mas o Senhor tinha outros planos para mim (Ginsburg, 1970, p. 88).

Em sua autobiografia, o missionário justifica que sua opção por Campos se deu em virtude de ser aquela cidade um grande centro comercial e urbano, “maior e mais importante comercialmente do que a própria Capital” (*Ibidem*, p. 90). É relevante notar que essa justificativa é bastante semelhante àquela apresentada por William Buck Bagby apenas alguns anos antes da chegada de Ginsburg a Campos. Conforme apontou Edson Douglas de Oliveira, observando especificamente a atuação de Salomão Ginsburg no município em questão, o missionário priorizava atuar em “cidades ricas e com uma burguesia relativamente abastada que se mostrasse receptiva às suas ideias” (Oliveira, 2017, p. 84). Essa é de fato a situação de Campos, embora o próprio reverendo exagerasse a importância e o vigor econômico daquela cidade⁹.

Salomão Ginsburg certamente esperava atrair apoio de parte da elite campista para sua causa missionária ao se dirigir àquela cidade. Segundo pudemos constatar na autobiografia de nosso missionário e em outros exemplos trazidos pela historiografia¹⁰,

⁹ Ginsburg chegou a declarar, em uma introdução à sua jornada em Campos, que aquela região possuía “trezentas usinas de açúcar”, afirmando ainda que algumas delas eram “as maiores do Brasil” (Ginsburg, 1970, p. 90). Contra essa afirmação, Oliveira levantou dados que apontam que todo o estado do Rio de Janeiro só possuía 31 usinas de açúcar em 1910, número que se elevou a 42 no ano de 1916 (Oliveira, 2017, p. 84). Os números estratosféricos trazidos pelo missionário, portanto, estavam fora da realidade econômica de Campos e só poderiam servir para impressionar seu público leitor, que de fato desconhecia a realidade econômica do Norte Fluminense naquele tempo.

¹⁰ Enquanto esteve vinculado aos congregacionalistas, Ginsburg relata ter recorrido à venda de bíblias e de evangelhos como meio de complementar seus rendimentos (Ginsburg, 1970, p. 49-50), prática que permaneceu consigo depois de seu ingresso nos quadros batistas. De fato, o comércio de literatura religiosa foi tão importante para as comunhões protestantes no Brasil, que logo muitas editoras foram criadas para esse fim, oferecendo a seu público uma considerável variedade de produtos. Bíblias, evangelhos e tratados passaram a ser oferecidos em versões grandes e pequenas, revestidas de diferentes tipos de encadernação, tendo em vista a variabilidade do preço e a possibilidade de atender diferentes tipos de consumidores, de acordo com o nível de renda (Vasconcelos, 2010, p. 138-139).

os representantes das missões evangélicas no Brasil buscaram sustento não apenas no apoio financeiro das juntas estrangeiras, mas também arrecadando doações, oferecendo assinaturas de periódicos denominacionais e realizando vendas de bíblias e de outras literaturas religiosas. Para levantar fundos por esses caminhos era necessário recorrer, principalmente, aos membros da elite, classe que detinha tanto o capital financeiro quanto o intelectual, vistos como potenciais consumidores dos produtos – materiais ou simbólicos – ofertados pelos missionários. Em outras palavras, consideramos que Salomão Ginsburg buscou refúgio no município de Campos por acreditar que lá conseguiria angariar apoio para concretizar seus planos. Muito desse apoio o reverendo esperava conseguir – e de fato conseguiu – entre os maçons de Campos, conforme será exposto.

Ao chegar em Campos, no ano de 1893, Salomão Ginsburg relata ter se hospedado na casa de um certo norte-americano, que, sendo originário do Sul dos Estados Unidos, havia se retirado de seu país após Guerra-Civil, na qual supostamente havia perdido todas as suas economias, vindo então a estabelecer moradia em Campos com o propósito de “fazer nova fortuna”. Embora não nos informe sobre o nome desse norte-americano, o missionário afirma que seu anfitrião já vivia naquela região há mais de 30 anos, e havia conquistado boa fama entre a sociedade local. “Ainda que não fôsse religioso”, prossegue o reverendo, “os americanos achavam nêle um grande amigo e, em sua casa, uma porta aberta” (Ginsburg, 1970, p. 90). Confortavelmente instalado com sua esposa na casa do referido anfitrião — cuja identidade pretendemos resgatar —, o missionário tratou de mapear a situação das congregações evangélicas presentes naquela cidade, conforme se segue:

O nosso trabalho em Campos já havia sido iniciado um ano antes pelo Dr. W. B. Bagby, apesar de já ter havido ali trabalho religioso alguns anos antes, promovido pelos presbiterianos e congregacionalistas¹¹, o qual êles abandonaram. O Dr. Bagby foi convidado para visitar a cidade e, vendo sua importância para o futuro, permaneceu ali até organizar a igreja, deixando um obreiro nativo como auxiliar do trabalho na sua ausência. Em 1892, os missionários de Minas Gerais, Dowing e Soper, mudaram-se para Campos e

¹¹ Não há notícia na historiografia sobre qualquer trabalho missionário promovido pelos membros da Igreja Evangélica Fluminense ou por quaisquer outros agentes do protestantismo congregacionalista em Campos. Podemos supor, portanto, que Salomão Ginsburg cometeu um equívoco ao fazer esse relato. Também é possível que essa narrativa buscasse representar os batistas como perseverantes diante das adversidades do trabalho missionário, ao contrário de seus concorrentes presbiterianos e congregacionalistas.

fizeram boa obra, mas, infelizmente, não puderam continuar, por causa de enfermidade, e ambos tiveram que retirar-se. Quando me mudei para Campos, o trabalho estava reduzido a quase nada (*Ibidem*, p. 91).

Ao que tudo indica, o norte-americano que recebeu Ginsburg e sua esposa em Campos não era outro senão José (Joseph) Beal. Horacio Sousa (2014, p. 146) destacou em sua obra, de forma muito propícia para essa pesquisa, que, para além de Beal, apenas mais um cidadão norte-americano, de nome Samuel L. Doherty, residia em Campos naquela época. Uma vez que o nome de Doherty é desconhecido da historiografia e está ausente das fontes que avaliamos, temos como indicativo de que fora mesmo o já referido líder maçom quem recepcionou Salomão Ginsburg e sua esposa em 1893.

Descontente com o cenário religioso que encontrara em Campos, Ginsburg traçou estratégias que pudessem contornar a decadência em que se encontrava a congregação batista local. Em primeiro lugar, cabe destacar que a imprensa local foi utilizada pelo missionário — como usualmente fazia — para propagar as doutrinas batistas, com o que se esperava atrair novos interessados, necessários para revitalizar a congregação já existente naquela localidade. Ademais, o reverendo buscou também reforçar seu vínculo com a Maçonaria campista, filiando-se a Loja Progresso¹², a mais importante oficina maçônica da cidade.

Talvez a sintonia com a Maçonaria campista ajude a explicar a estabilidade e a tranquilidade dos primeiros anos da liderança de Salomão Ginsburg sobre a congregação batista em Campos. De forma bastante incomum, parece que não houve durante essa fase inicial nenhum incidente significativo contra os crentes naquela localidade, nem há indícios de que o clero católico buscou fazer qualquer movimento mais amplo contra seus concorrentes no campo religioso. Diante desse contexto favorável, não é de se estranhar que os batistas tenham arrematado muitos prosélitos na situação. Com efeito, a congregação, antes estagnada, começa a aumentar

¹² A Loja Progresso, de acordo com Sousa (2014, p. 249-250), foi fundada em 3 de dezembro de 1870, sendo a quarta oficina a ser instalada em Campos, e seguia o Rito Escocês Antigo e Aceito, majoritário entre os maçons brasileiros. O seu primeiro venerável teria sido Joaquim Taussia de Bellido e igualmente somos informados de que já se encontrava esta oficina devidamente regularizada em fevereiro de 1871. A Loja Progresso parece ter sido frequentada por muitos homens pertencentes às irmandades católicas locais, como a de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Boa Morte. No ano de 1904, há a estimativa de que essa oficina contava com cerca de 500 pedreiros-livres.

extraordinariamente durante o ministério de Salomão Ginsburg. Levando em consideração os números presentes no relatório anual da *Southern Baptist Convention*, visualizamos que, em 1898 — quando o rebanho de Ginsburg já se encontra ameaçado —, o número total de crentes batistas em Campos era de 475, todos vinculados à Primeira Igreja Batista, fazendo daquela congregação a maior entre os batistas do Brasil. Essa extraordinária expansão no número de fieis batistas pressionava suas lideranças por um local maior, que com mais conforto e segurança abrigasse uma comunidade que não parava de crescer.

5. A construção do templo batista em tempos de perseguição religiosa

De fato, a primeira queixa que o missionário faz aos seus superiores na Junta de Richmond sobre a questão acima mencionada data de agosto de 1895. Nesse período, Ginsburg redige uma reclamação, apresentada na edição daquele mês do *Foreign Mission Journal*, sobre a falta de obreiros e de recursos financeiros para estabilizar a congregação de Campos. Essa etapa, sob a ótica do reverendo, era fulcral para concretizar a autonomia daquela comunidade, haja vista que os batistas já haviam até mesmo adquirido um terreno para a construção de um templo:

Here in Campos Mission I have already baptized forty-nine candidates this year – more already than what we accomplished during 1894 in Campos Church – and yet there are many more tried and proved who are preparing for entering into the visible Church on earth. **But I need more men! I need money to build in Campos. We have the ground, but we have no money to build.** Will you not help us? Give Campos Church a chapel and you'll see it independent and self-supporting. Help us, therefore (Ginsburg *apud* Foreign Mission Journal, 1895, p. 399, grifos nossos)!

Desse momento em diante as queixas do missionário à Junta de Richmond se tornam cada vez mais frequentes. Além do exponencial crescimento da congregação, outro fator de grande importância acabaria por aumentar a pressão pelo estabelecimento de um templo batista naquela região. Em finais de 1896, a Igreja Matriz de Campos dos Goytacazes foi invadida e profanada, havendo subtração de muitos itens de valor. Imagens sacras e outros objetos de uso litúrgico também foram destruídos no ato. A opinião pública da cidade logo se voltou contra os batistas, tornados suspeitos de vilipendiar o local sacro. Em decorrência dessas acusações, grandes perseguições foram movidas contra o rebanho liderado por Salomão Ginsburg, conforme atesta o próprio missionário em comunicação dirigida ao *Foreign Mission Journal*:

Rome changes not! Twenty years have passed since first the Golpes war preached in this city, and no public persecution ever took place. Last Wednesday, however, the people proved their religion by bombarding the house with stones. And do you know why? Just because some Catholic thief robbed their idols of the jewels with which they were covered. But the Lord was with us. He protected us, and none was hurt, praise His name. Four were baptized the same night of persecution, and two couples married. The better-class people as well as the authorities are all on our side. The people promise greater persecution for next Sunday. Pray for us. God bless you (Ginsburg *apud* Foreign Mission Journal, 1897, p. 285).

Sobre o mesmo episódio, Joaquim Fernandes Lessa, mais contido (ou menos anticatólico) que Ginsburg — que contrariamente ao senso comum daquele momento, acusou de ser católico o responsável pelo roubo da Igreja Matriz —, teceu alguns importantes comentários sobre essa situação, merecedores da exposição que agora fazemos a partir da obra de Ebenézer Ferreira:

Em Campos, em 1896, o trabalho sofreu algum abalo devido a uma grande epidemia de varíola que assolou quase toda a população, sendo grande o número de mortos, entre eles, alguns crentes. Quando os ânimos se estavam levantando, e os crentes exercendo plena atividade, o Diabo se lembrou de um artilheiro que pudesse neutralizar o serviço dos servos do Senhor. Influenciou alguns gatinhos a roubar a igreja matriz de Campos em diversas joias e a quebrarem imagens e outras coisas do templo católico, com o evidente propósito de responsabilizarem os evangélicos batistas por tal ato de selvageria, o que surtiu o efeito desejado pelo inimigo das almas. No culto de quarta-feira, no dia 21 de outubro de 1896, à Rua Marechal Floriano, nº 13, postou-se em frente à porta do salão de cultos uma grande multidão em atitude francamente hostil. O salão estava repleto de ouvintes atentos quando uma pedrada foi arremessada para dentro do recinto. Como, porém, as dignas autoridades haviam tomado as necessárias precauções, o movimento foi logo repellido pela polícia de cavalaria que guardava a casa de cultos. O pastor Salomão fez distribuir pela cidade um boletim explicando ao povo a atitude dos protestantes em todos os tempos e protestando contra tais monstruosidades. Os jornais da cidade — Monitor Campista e A Gazeta do Povo — foram unânimes em defender os evangélicos, dizendo um deles: “Estamos plenamente convencidos de que não se trata de uma questão religiosa, mas simplesmente de roubos, e que a profanação das imagens não é ato de fanatismo, mas o resultado da precipitação com que os ladrões procuraram despojar as mesmas imagens de objetos de valor com que estavam adornadas” (Lessa *apud* Ferreira, 2001, p. 64).

O relato anteriormente exposto pelo próprio Ginsburg confirma que a congregação de Campos, até aquele momento, jamais havia sofrido qualquer tipo de perseguição. Diante desse cenário, a erupção da violência contra os batistas colocava em xeque a posição daquela comunidade no interior do campo religioso, urgindo que suas lideranças se mobilizassem para reforçar a segurança dos crentes e garantir a estabilidade da congregação. Sob essa ótica, agora, mais do que nunca, era necessário

construir um templo para os batistas, sinal de força necessário para demonstrar que as novas dificuldades não haveriam de abater o ânimo e a união dos evangélicos.

Para dificultar ainda mais a já delicada situação dos batistas de Campos, a Junta de Richmond foi vitimada por uma grave crise financeira na última década dos Oitocentos. Isso significava que Ginsburg e seu rebanho já não podiam, para aquele momento, contar com recursos provenientes dos Estados Unidos para acelerar o processo de construção do novo templo. Os objetivos do missionário esbarravam ainda na pobreza dos crentes batistas, incapazes de contribuir financeiramente com as obras. Diante de tantas dificuldades, o missionário foi forçado a agir de improviso, buscando novas formas de financiar aquela construção. Em virtude de todos esses percalços, coube ao reverendo recorrer à imprensa, noticiando suas intenções ao público leitor. Na contramão de seus esforços, um pároco local supostamente também teria se manifestado pela imprensa, admoestando os católicos a não contribuírem em nada para a edificação da igreja protestante. Esse episódio, que será por nós esmiuçado, exige uma reprodução do relato de Ginsburg:

Um dia achei que devia levar ao conhecimento dos habitantes da cidade o que a igreja estava tentando fazer. Beneficiá-la, seria beneficiar a cidade. Não apelei a ninguém, mas os fiz saber que receberíamos com alegria qualquer auxílio, se alguém se sentisse desejoso de dá-lo. No dia seguinte, o vigário da cidade, aferrado jesuíta, publicou um artigo em que denunciava a religião protestante, classificando-a de tudo que era vil, terminando sua tirada com estas palavras: “Se alguém auxiliar de algum modo ou forma à construção do templo protestante, será, ipso facto, por tal ato, excomungado.” Ao contrário do que se esperava, esse artigo me ajudou a terminar a construção da bela casa de cultos, uma das melhores do Brasil. Dia após dia, depois do artigo, chegavam-me cartas pelo correio, acompanhadas de cheques, dinheiro ou ordens de quarenta a duzentos e mais mil réis, e quase tôdas assim concluíam: “Sr. Ginsburg, faça-me o favor de publicar o meu nome e que lhe remeti algum dinheiro, porque eu desejo ser excomungado.” A maioria dos crentes brasileiros crê que a maior bênção que se pode receber na vida é a excomunhão da parte do Papa ou do padre. E muitos também crêem que o maior desastre que poderia vir sobre sua vida ou casa seria uma bênção do Papa (Ginsburg, 1970, p. 92-93).

Esse episódio é a única contenda descrita pelo missionário, em sua autobiografia, sobre sua atuação em Campos. Nada nos é informado naquela obra sobre as perseguições movidas após a profanação à Igreja Matriz ou sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pela junta batista naquele período. Ao que tudo indica, mesmo as palavras do pároco local parecem ter sido adaptadas à realidade que Ginsburg pretendia expor aos seus leitores. O anúncio do vigário num dos periódicos campistas se

encontra integralmente reproduzido na obra de Ebenezer Ferreira, cabendo-nos, mais uma vez, fazer essa reprodução:

Freguesia de São Salvador. O abaixo-assinado, vigário da freguesia de São Salvador, tendo lido hoje nos jornais desta cidade um apelo da comissão de obras do templo evangélico à população campista, vem por dever de consciência prevenir os seus paroquianos que de modo algum podem concorrer com donativos, serviços ou quaisquer outros meios para a ereção de templos heréticos. E também lhes faz saber que a Santa Igreja Católica proíbe os fiéis de tomarem parte nas prédicas ou nos ofícios que neles se fazem. Campos, 22 de dezembro de 1897. O vigário-padre, Antônio Maria Corrêa de Sá (*apud* Ferreira, 2001, p. 67).

Conforme é possível visualizar a partir da comparação entre aquilo propagandeado pelo vigário e a narrativa de Ginsburg, não houve ameaça direta de excomunhão aos católicos que buscassem ajudar na construção do novo templo evangélico. Salomão Ginsburg parece ter incorrido — como de costume — na utilização do recurso dramático em sua autobiografia, haja vista que o que se pretendia era representar o catolicismo brasileiro em vias de uma irreversível decadência. Sob essa ótica, é plausível crer que uma narrativa opondo tantas pessoas à norma da religião majoritária pudesse despertar algum otimismo entre seu público-leitor acerca do futuro dos avanços protestantes no Brasil. Seja como for, sabemos que o templo de fato foi erguido e que alguma ajuda existiu para que esse resultado fosse alcançado, de modo que precisamos nos debruçar mais sobre esse episódio.

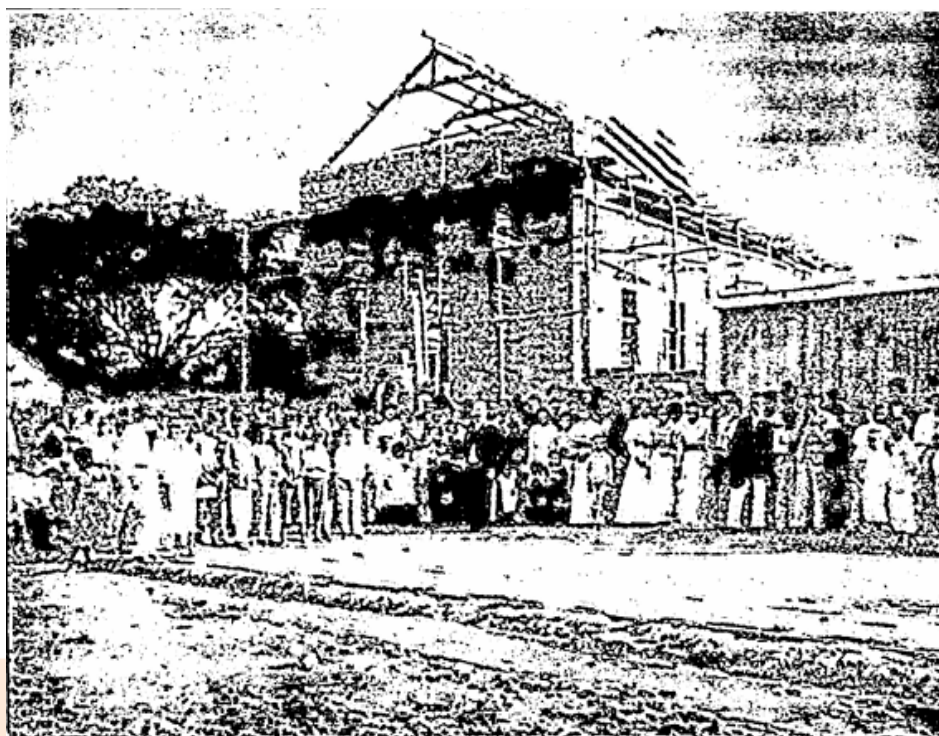
Edson Douglas de Oliveira (2017, p. 85) afirmou que, longe de repudiar o catolicismo, os campistas que apoiaram a construção do templo batista manifestavam oposição à corrente ultramontana da Igreja, e não ao catolicismo como um todo. Seriam, portanto, simpáticos às posições jansenistas e não abjuradores, conforme teria concluído precipitadamente o missionário. Acolhemos em parte essas colocações. De fato, os apoiadores de Ginsburg em Campos, ao que tudo indica, não abjuraram do catolicismo nem se tornaram adeptos das doutrinas batistas; permaneceram, portanto, católicos. Por outro lado, é necessário pontuar que o jansenismo já havia sido extirpado do seio da Igreja no momento republicano, quando todas as dioceses brasileiras já se encontravam ocupadas por bispos alinhados com a romanização (Vieira, 2007, p. 150-151). Os

apoiantes de Ginsburg, por isso, não podem ser classificados como jansenistas, mas sim como anticlericais. Ao anticlericalismo desses indivíduos, soma-se o fato de que eram alfabetizados – já que remeteram cartas ao missionário – e detentores de posses suficientes para se despendarem de parte de seus recursos em favor de uma causa¹³. A convergência desses três elementos – letramento, posses e anticlericalismo – nos leva a crer que esses apoiadores deveriam ser, em sua maioria, maçons.

Essa hipótese é ainda corroborada por informações levantadas por Ebenezer Ferreira (2001, p. 69), que declarou que Salomão Ginsburg “conseguiu com seus amigos maçons oferta para a construção” do templo da Primeira Igreja Batista de Campos. Se é verdade que o mesmo autor também destaca que o missionário empreendeu uma série de outras ações para arrecadar fundos para a construção do templo – como leilões –, fato é que a participação da Maçonaria nesse processo foi central. Alguns indícios colhidos da historiografia nos permitem seguir nessa direção.

Figura 1: O templo da Primeira Igreja Batista de Campos dos Goytacazes em acelerado processo de construção, com a congregação à frente do edifício.

¹³ Embora não seja possível saber quantos indivíduos remeteram doações ao reverendo para a construção de seu templo, a quantia final de donativos recebida foi de 20 contos de réis, superando em quatro vezes o valor enviado pela “Sociedade de Missões Evangélicas”, que foi de 730 dólares, convertido em 5 contos de réis (Feydit, 2009, p. 478).



Reprodução: The Foreign Mission Journal, 1898.

Ainda segundo Ferreira (*Idem, Ibidem*), a inauguração do templo da Primeira Igreja Batista de Campos atraiu grande atenção da população, que, por curiosidade ou simpatia, afluiu à Praça da Redenção para assistir aquele singular evento. Os jornais de orientação liberal fizeram grande propaganda da inauguração, o que certamente serviu para atrair muitos nomes graúdos da sociedade campista, com destaque para o notório jurista Azevedo Cruz, que recitou um discurso longo e pouquíssimo religioso, conforme atesta Júlio Feydit (1900, p. 477). De forma singular, há a menção de que apenas uma das oficinas maçônicas, a Loja Goitacás, se achava devidamente representada, na pessoa de seu possível venerável Pedro Landim, nesse evento. O destaque que Salomão Ginsburg conferiu no evento aos representantes dessa oficina se faz digno de nota, sobretudo quando se percebe que as Lojas Progresso e Firme União, direta e respectivamente ligadas à atividade de Ginsburg e ao estabelecimento do protestantismo naquele município, não tiveram o mesmo tratamento por parte do reverendo. É bem possível que muitos maçons vinculados a essas duas últimas oficinas tenham assistido à inauguração, mas sem a mesma distinção que havia sido conferida a seus irmãos da Goitacás. De fato, Mendonça (2011, p. 108), consultando os registros pertencentes à Loja Goitacás, apontou que o missionário havia buscado se filiar àquela oficina por

volta de 1895, período em que já estava vinculado à Loja Progresso, chegando mesmo a discursar numa sessão da primeira Loja na condição de orador interino. É interessante perceber que foi justamente nesse mesmo ano que foi adquirido, dos presbiterianos, o terreno para a construção do templo batista, primeiro passo de um processo que se estenderia até abril de 1898.

Ainda que não tenha obtido sua filiação junto à Loja Goitacás, provavelmente por já estar vinculado a outro corpo maçônico no mesmo território, Salomão Ginsburg não desistiu de se aproximar dos pedreiros-livres vinculados àquela oficina. Prova disso é o já referido lugar de destaque dado aos membros da Loja Goitacás no evento de inauguração do templo da Primeira Igreja Batista. Quando relacionamos essa atitude com os apontamentos anteriormente feitos por Ferreira em relação ao apoio financeiro que a Maçonaria deu à construção do templo batista, parece bastante plausível que essa contribuição tenha afluído justamente dos rendimentos dos pedreiros-livres vinculados à Loja Goitacás, a única das três oficinas relacionadas ao protestantismo em Campos que foi tratada com distinção no evento de inauguração conduzido por Ginsburg.

6. Conclusão

As conclusões do presente artigo são parciais. Novos tipos de documentação, sobretudo os periódicos campistas da última década dos Oitocentos, podem ser capazes de fornecer novas perspectivas sobre os processos que modificaram o campo religioso na cidade de Campos dos Goytacazes durante os primórdios da República. Da mesma forma, muitos registros da Maçonaria que não vieram à luz desta pesquisa podem igualmente orientar novas formas de compreensão dos auxílios que os pedreiros-livres dispensaram às congregações protestantes durante o período supracitado. Ainda assim, as breves exposições aqui feitas buscaram esmiuçar as dinâmicas que vinculavam os protestantes batistas às oficinas maçônicas campistas.

A construção do templo da Primeira Igreja Batista de Campos dos Goytacazes é, nesse sentido, um processo crucial para a compreensão dessas dinâmicas. Assediados pela maioria católica em razão do violento incidente da Igreja Matriz, era necessário que os batistas dessem prova do vigor de sua congregação, o que levou Salomão Ginsburg a buscar múltiplos meios para efetivar a construção do templo. Apesar de não citar, em

sua autobiografia, o apoio específico que recebeu dos pedreiros-livres, são muitos os indícios que apontam para uma colaboração mais ampla entre a Irmandade e os batistas em Campos. O lugar de honra conferido à liderança da Loja Goitacás na inauguração do novo templo parece confirmar essa hipótese. Uma vez mais, os avanços do protestantismo missionário se condicionaram pelo apoio da Maçonaria brasileira.

Essas questões em Campos, é claro, não podem ser visualizadas desconectadas de um processo mais amplo, conforme observado por Barata (1999) e por Vieira (1980), que uniram protestantes e pedreiros-livres no Império e na República. Cabe ressaltar ainda que a atuação de Salomão Ginsburg, ele próprio pioneiro batista e líder maçom, dá novos sentidos à problemática. De toda forma, o estudo das relações evangélico-maçônicas no Brasil ainda carece de mais atenção da historiografia, no que esperamos que este trabalho seja um incentivo para a superação dessa dificuldade.

Fontes:

FOREIGN MISSION JOURNAL. Vol. nº XXVII, nº 1, agosto de 1895. Richmond/VA: Foreign Mission Board, Southern Baptist Convention, 1895.

FOREIGN MISSION JOURNAL. Vol. nº XLVII, nº 10, fevereiro de 1897. Richmond/VA: Foreign Mission Board, Southern Baptist Convention, 1897.

FOREIGN MISSION JOURNAL. Vol. nº XLVIII, nº 11, maio de 1898. Richmond/VA: Foreign Mission Board, Southern Baptist Convention, 1898

GINSBURG, Salomão L. Um judeu errante no Brasil. Tradução de Manoel Avelino de Souza. 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1970.

SOUTHERN BAPTIST CONVENTION. Annual of the Southern Baptist Convention containing the proceedings of the Fortieth Session, Fiftieth Year, held at Washington, DC, may 10-14, 1895. Franklin Printing and Publishing Company: Atlanta, 1895.

SOUTHERN BAPTIST CONVENTION. Annual of the Southern Baptist Convention containing the proceedings of the Forty-Fourth Session, Fifty-Fourth Year, held at

Louisville, KY, may 12-15, 1899. Franklin Printing and Publishing Company: Atlanta, 1899.

Bibliografia:

ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da. Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a história da igreja e a história da religião. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014.

ANDRADE, Alex Moreira. A Maçonaria no Brasil (1863-1901): poder, cultura e ideias. São Paulo: Annablume Editora, 2016.

BARATA, Alexandre Mansur. Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BENATTE, Antonio Paulo. “A História Cultural das Religiões”: Contribuição a um Debate Historiográfico. In: ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da. Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a história da igreja e a história da religião. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____; CHARTIER, Roger. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (Orgs.). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. s/L: Instituto de Cultura Portuguesa, 1987.

_____. À beira da falésia. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CRABTREE, Asa Routh. História dos Batistas do Brasil: até o ano de 1906. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962.

CRUZ, José Luis Vianna. “Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense”. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (Orgs.). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 69-97.

FARIA, Teresa Jesus Peixoto. “Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminenses”. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugênia Ferreira (Orgs.). Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 69-97.

FERREIRA, Ebenezer Soares. História dos Batistas Fluminenses (1891-1991). Rio de Janeiro: JUERP, 2001.

FEYDIT, Júlio. Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes (1900). [s.l.]: Kessinger’s Rare Reprints, 2009.

LÉONARD, Émille G. O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social. São Paulo: ASTE, 1963.

LESSA, Vicente Themudo. Annaes da Primeira Igreja Presbyteriana de São Paulo (1863-1903). São Paulo: 1ª Igreja Presbyteriana Independente de São Paulo, 1938.

MENDONÇA, Alceir Maia. Maçons que fizeram a História de Campos dos Goytacazes: resgatando a verdade. Campos dos Goytacazes: [s.n.], 2011.

OLIVEIRA, Edson Douglas de. Um judeu batista no Brasil – Relações entre protestantismo, Estado e sociedade no período da Velha República – com base na narrativa do missionário batista Salomão Ginsburg (1890-1909). 290 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2017.

PEREIRA, José dos Reis. História dos batistas no Brasil (1882-1982). Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1982.

SILVA, Eliane Moura da. “História das Religiões”: algumas questões teóricas e metodológicas. In: MOURA, C. A. S. ... [et al.], (orgs.). Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas Históricas. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2011.

SOUSA, Horacio. Cyclo Áureo: História do 1º Centenário de Campos. Campos dos Goytacazes: Essentia, 2014.

VASCONCELOS, M. R. As Boas Novas pela palavra impressa: impressos e imprensa protestante no Brasil (1837-1930). 208 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

VIEIRA, David Gueiros. O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA